

DF - CORRUPÇÃO

Acuado, Roriz prepara defesa

Governador tenta evitar que novas provas sejam anexadas a processo que pode cassá-lo

LUÍS OSVALDO GROSSMANN
E SÉRGIO PARDELLAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – De férias até a próxima quarta-feira, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, tenta mostrar tranquilidade em relação ao processo que pede a cassação de seu mandato no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas, apesar de tratar as acusações de abuso do poder econômico e uso de recursos públicos na campanha como “ficção”, Roriz entrou com recurso no TSE para impedir que sejam juntadas provas ao processo – o que tinha sido autorizado na semana passada pelo presidente do tribunal, Sepúlveda Pertence. Ontem, o processo passou às mãos do ministro Carlos Velloso.

O recurso tenta evitar a anexação de outras quatro ações mostrando que, na campanha, Roriz prometeu lotes, distribuiu pão e leite com recursos públicos e estimulou a invasão de terras. A defesa argumenta que isso deveria ter sido apreciado na instância anterior, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para atender o chamado duplo grau de jurisdição – ou seja, dar a chance do acusado se defender em duas instâncias. Além disso, a defesa pede para apresentar contra-provas às acusações.

Roriz também pretende reagir no campo político. Ontem, a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia (PSDB), acusada na mesma ação, reuniu

o secretariado durante mais de três horas para discutir o “momento político”. Abadia garantiu que nem ela nem Roriz vão renunciar e convocou os presentes a “uma ofensiva”.

Abadia convoca aliados para a defesa de Roriz

– Chega de defensiva. Vamos convocar os aliados para contra-atacar – disse ela, ameaçando processar quem publicar “denúncias ou boatos sem provas”.

Em outra frente, chamou a atenção uma medida do Banco de Brasília (BRB). A instituição, subordinada ao governador, enviou correio eletrônico a todos os funcionários orientando-os a procurarem o Departamento Jurídico do banco antes de prestarem esclarecimentos à Justiça.

“Caso algum empregado do Banco seja intimado pela Justiça ou pela Polícia (...), deverá ser o fato comunicado imediatamente ao Departamento Jurídico do Banco”, diz o comunicado.

O BRB não comentou a medida, tomada após o depoimento da gerente Vânia Aragão ao Ministério Público e à Polícia Federal. Ela contou que um doleiro de Brasília sacou R\$ 5,8 milhões em dinheiro, ao descontar dois cheques do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) emitidos para a Adler Assessoramento Empresarial. Segundo o MP, o ICS e a Adler fazem parte do esquema que desviou recursos públicos para a campanha de Roriz.

luisog@jb.com.br
pardellas@jb.com.br